

**“Achamos que o número de viaturas deveria ser estudado adequadamente, assim como a questão dos transportes à Lagoa do Fogo, nomeadamente através da utilização dos transportes públicos ou, havendo transportes particulares, perspectivando algum tipo de taxa ou de limitação”, adianta Diogo Caetano.**



Diogo Caetano, presidente da Associação Amigos dos Açores



Teófilo Braga contra o túnel

uma maior necessidade de aumentar parques de estacionamento”, admitindo no entanto que deverá haver algum tipo de intervenção no local, uma vez que “a visitação ao local não tem sido equilibrada”.

“Achamos que o número de viaturas deveria ser estudado adequadamente, assim como a questão dos transportes à Lagoa do Fogo, nomeadamente através da utilização dos transportes públicos ou, havendo transportes particulares, perspectivando algum tipo de taxa ou de limitação”, adianta.

Em relação ao modelo apresentado na petição, referindo uma aposta significativa no “Shuttle” para transportar turistas até aos pontos turísticos na Lagoa do Fogo, Diogo Caetano refere que este poderia “permitir a redução drástica do número de viaturas que chegam ao miradouro e que ali permanecem”.

Quanto ao impacto da petição e àquilo que da parte da associação é pretendido, o seu presidente adianta que a perspectiva é

que a iniciativa “faça ver aos deputados – neste caso – que é preciso reflectir, e que percebam a problemática que está a ser colocada em cima da mesa com uma assinatura bastante significativa em muito pouco tempo”.

Para além disso, para Diogo Caetano é importante que o Governo Regional atenda “locais, guias turísticos e muitos outros profissionais da área que colaboram na petição, no sentido de pelo menos serem avaliadas alternativas ou outros modelos que possam ser mais fiáveis e mais em prol da sustentabilidade do que apenas uma estrutura enterrada só pela questão de não ter um impacto visual directo”.

Na opinião de Teófilo Braga, este tipo de projectos resultam do facto de “na Região não se pensar com antecedência”.

Isto é, no entender do ambientalista, é frequente “deixar que as coisas aconteçam e depois agir-se como se fôssemos bombeiros a tentar apagar fogos sem se fazerem previsões”.

Assim, refere que apesar de ser “importantíssimo” existir uma intervenção na zona do miradouro referente à Lagoa do Fogo, é também muito importante “gerir o número de visitantes dentro da caldeira”, sendo esta uma forma também de dispersar aqueles que visitam a ilha de São Miguel por outros pontos turísticos existentes.

Neste sentido, a construção de um túnel é, para o ambientalista, “mais uma obra que será dispendiosa e que não será a melhor solução para a conservação da reserva natural enquanto tal”, adiantando que tanto para o Governo Regional como para aqueles que realmente defendem o ambiente esta deverá ser a “maior preocupação”, e não o turismo ou o eventual “excesso de turismo” que poderá haver.

“A reserva natural tem que ser preservada. A Lagoa do Fogo é importantíssima mesmo em termos de recursos hídricos para a área de São Miguel, então têm que ser tomadas medidas para evitar o excesso de visitantes”, salienta, referindo ainda que o ideal era que tivessem sido tomadas medidas adequadas antes de haver um maior número de visitantes a afluir até ao local, o que acontece também com outros locais da ilha de São Miguel.

“Por exemplo, se houvesse mais opções as pessoas dividiam-se, não iriam todas para o mesmo sítio ao mesmo tempo. Em Vila Franca do Campo é um problema para que as pessoas consigam visitar o Ilhéu. É tudo feito através de marcações com antecedência quando a Vila Franca não se esgota no Ilhéu de Vila Franca”, diz Teófilo Braga.

E continua: “A Lagoa do Congro também faz parte do concelho e é uma opção que deve ser pensada. Se houvesse uma ordenação entre as visitas à Lagoa do Congro e ao Ilhéu as pessoas poderiam fazer as duas coisas no mesmo dia e assim desviava-se metade das pessoas para um lado e metade das pessoas para o outro”, reduzindo em simultâneo o tempo de espera para visitar o “ex libris” no meio do mar.

“Na questão da Lagoa do Fogo acontece a mesma coisa, há a Lagoa do Fogo, há a Caldeira Velha e as Caldeiras da Ribeira Grande, por isso, se houvesse um circuito organizado, seria possível impedir que as pessoas fossem todas ao mesmo tempo para o mesmo sítio”, salienta.

Porém, apesar das intenções do Governo Regional, Teófilo Braga considera que ainda há tempo para reverter o quadro projectado, uma vez que “nada está construído e ainda se está a tempo de se pensar noutras soluções”.

Joana Medeiros



Lagoa do Congro é Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies desde 2007.

## Na opinião dos ambientalistas Lagoa do Congro deveria ser classificada como Monumento Natural

Na próxima quarta-feira, o ambientalista Teófilo Braga vai ser ouvido pela Assembleia Regional devido a uma petição criada por si. O objectivo é recuperar a mata ajardinada da Lagoa do Congro. Esta mata foi criada por José do Canto, no século XIX, tendo introduzido várias espécies vegetais.

O próprio sublinha que a petição surgiu devido a uma reportagem publicada no jornal “Correio dos Açores”, no mês de Agosto passado, onde constava o estado dos caminhos, estando estes mal arrançados e “que para se chegar à lagoa as pessoas tinham que passar por um calvário”. No entanto, a ideia de lançar uma petição referente à mata já continha alguma bagagem de outros anos.

Em 2000, quando Teófilo Braga ocupava o cargo de presidente da Associação Amigos dos Açores, foi elaborada “uma proposta para que a cratera da Lagoa do Congro e dos Nenúfares fosse classificada como monumento natural”.

A zona viria a ser classificada em 2007 como Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies, e não como havido sido pedido na proposta pela Associação. No ano seguinte, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, em que Ana Paula Marques era secretária, “e a secretaria comprou mais de metade da cratera. Portanto, hoje em dia mais de metade da cratera é pública e penso que os poderes públicos, sobretudo o Governo Regional, tinham a obrigação de, pelo menos, manter a zona visitável, porque cada vez mais a Lagoa do Congro é procurada por turistas e mesmo por residentes”, como refere o ambientalista.

Naquele mesmo ano, em 2008, a Associação entregou “uma proposta de recuperação e gestão da área envolvente às Lagoas do Congro e dos Nenúfares, elaborado por Malgorzata Pietrak, no âmbito do Programa Estagiar-L”.

Acrescenta que devido à pouca compra de terrenos por parte do Governo Regional, decidiu criar a petição. Esta foi criada no

início de Setembro, entregue no final do mesmo mês à Assembleia Regional com 539 assinaturas e “já recebeu alguns pareceres”.

Relativamente a expectativas perante este assunto, crê que por parte de todos os partidos, haverá “uma aceitação da ideia, tendo em conta que o próprio director regional já veio através da comunicação social dizer que o Governo iria intervir na zona”.

Mas espera, tal como os assinantes da petição, que a proposta não leve tanto tempo como aconteceu em 2000 em que foram necessários sete anos para classificar a área como área protegida.

“Quase sempre as coisas ocorrem pela mesma ordem, é preciso deixar que as coisas se degradem e quando se faz uma intervenção as coisas custam muito mais. O que se pede não são grandes obras megalómanas, mas sim a limpeza dos caminhos, o desvio das águas pluviais e, numa segunda fase, a transformação da zona num parque botânico” explica Teófilo Braga. “Há capacidade para isso.”

Exemplificou o caso da Grená. Praticamente um ano após a sua venda a uma entidade privada, o parque foi reabilitado e já abriu ao público. Sendo o espaço propriedade pública, deveria aproveitar as suas potencialidades “em termos de interpretação ambiental, zona de lazer ou polo de atração turística. O que se pode fazer, e não custa muito aos cofres da Região, é fazer uma pequena intervenção de modo a que todas as pessoas que têm acesso à lagoa tenham condições para a visitar”. Considera que se deve perpetuar a memória dos antepassados e respeitar o trabalho visionário de José do Canto.

Apela para que sejam tomadas medidas, nomeadamente um plano de recuperação e gestão, entre outras demais acções, para recuperar a mata ajardinada e transformar a mesma num Parque Botânico.

Rita Frias/Joana Medeiros